

**A. I. Nº** - 206977.0017/19-1  
**AUTUADO** - OASIS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.  
**AUTUANTE** - MARCO ANTONIO COUTO FERREIRA  
**ORIGEM** - INFAZ CHAPADA DIAMANTINA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 20/12/2019

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDAO JJF Nº 0170-01/19**

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. USO INDEVIDO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. Demonstrado que o autuado efetuou lançamentos a crédito no registro de apuração, a título de antecipação parcial, em valores superiores aos efetivamente recolhidos. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O auto de infração em lide, lavrado em 25/02/2019, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$723.023,88, em decorrência de utilização a maior de crédito fiscal de ICMS referente a antecipação parcial de mercadorias adquiridas de outra unidade da Federação (01.02.74), ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, de abril a setembro de 2017, de dezembro de 2017 e de abril a dezembro de 2018, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “a”, do inciso VII, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresentou defesa, às fls. 43 e 44. Disse que todos os lançamentos efetuados estão acobertados com documentos idôneos e recolhidos tempestivamente. Anexou relação de seus recolhimentos e cópia dos livros com os devidos lançamentos, conforme fls. 45 a 72.

O autuante apresentou informação fiscal, à fl. 76. Disse que o autuado reconheceu o lançamento referente ao ano de 2017, pois não apresentou qualquer comprovação ao contrário. Informou que o autuado também não demonstrou como calculou os valores creditados, referentes ao pagamento da antecipação parcial, lançados no livro de apuração do ICMS. Destacou que o presente auto de infração está instruído com planilha demonstrando a divergência entre o valor recolhido e o crédito utilizado (fl. 06), relação dos recolhimentos por antecipação parcial (fls. 10 a 12) e espelho da EFD com os valores creditados a título de antecipação parcial (fls. 13 a 36).

**VOTO**

Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

A lide consiste em lançamentos feitos pelo autuado, no registro de apuração, durante os anos de 2017 e 2018, a título de antecipação parcial, em valores superiores aos que foram efetivamente recolhidos.

O autuado trouxe aos autos documentação referente, apenas, ao ano de 2018, relativos aos recolhimentos efetuados e aos lançamentos no registro de apuração (fls. 45 a 72). Esses documentos trazem informações idênticas às já trazidas pelo autuante como anexo ao auto de infração.

Da análise do demonstrativo de débito, à fl. 06, verifiquei que as informações constantes correspondem à documentação trazida aos autos, tanto pelo autuante como pelo autuado. Os lançamentos a crédito efetuados pelo autuado no registro de apuração, a título de antecipação parcial, estão superiores aos constantes nos registros da SEFAZ, como sendo os correspondentes recolhimentos de antecipação parcial, conforme o referido demonstrativo de débito. O autuado não trouxe aos autos qualquer comprovação de recolhimento em valor superior aos que constam

nos registros da SEFAZ.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206977.0017/19-1**, lavrado contra **OASIS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$723.023,88**, acrescido de multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de setembro de 2019.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

LUÍS ROBERTO SOUSA GOUVÊA - JULGADOR